

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
CCHLA - Departamento de História.
Professor Orientador: Wicliffe.

MOVIMENTO MILITAR DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE.

João Justo Sobrinho.

Natal, 1996.

João Justo Sobrinho.

A REVOLUÇÃO DE 1964 NO RIO GRANDE DO NORTE.

Trabalho da Disciplina Pesquisa
Histórica Apresentado para
Obtenção de Bacharelado em
História na UFRN, Sob a
Orientação do Professor Wicliffe.

Natal / 1996.

AGRADECIMENTOS .

Expresso minha gratidão ao Professor Wicliffe de Andrade Costa, pela sua compreensão e orientação que tornou possível a realização deste trabalho, através do acompanhamento, desde o levante biográfico e documental acesso as fontes existentes e ajuda final para a conclusão do mesmo.

Agradeço ainda pela compreensão, ajuda e carinho dos amigos e familiares, sem os quais a realização deste seria impossível.

Meus agradecimentos especiais aos colegas de classe, professores, com os quais convivi todo esse tempo, que não foi fácil para mim, por uma série de dificuldades, também não podia deixar de agradecer aos funcionários que conheci durante este período e que muito me estimularam (ajudaram-me).

INTRODUÇÃO .

Uma preocupação básica norteou a elaboração deste trabalho: conhecer com mais detalhes a história do povo norte-rio-grandense, no movimento de 1964. Uma preocupação sempre presente foi favorecer condições para se conhecer os sentimentos e atitudes de solidariedade humana e a participação social numa deturpada época de nossas vidas; condições necessárias para que o estudo seja mais que a memorização de fatos e datas que contribuíram para a transformação da realidade em que hoje vivemos.

Ao abandonar a Presidência da República, Jânio Quadros provocou um impasse entre o povo, as Forças Armadas e o Congresso Nacional e, com isso, submeteu o País a uma Ditadura. A renúncia de Jânio Quadros foi apenas o sintoma mais evidente que forças econômicas e sociais já intencionava reformular o pacto social e, impondo sua hegemonia, forçar os trabalhadores, por meio de contenção de salários, a financiar a crise do capitalismo.

É, portanto, importante para a historiografia do Rio Grande do Norte, estudarmos o golpe, isto é, como se desenvolveu esse processo, tanto à nível local como à nível nacional, que começou no início da década de 60 e culminou com o movimento em março de 1964.

Ao falarmos desse movimento aqui no Rio Grande do Norte, não poderíamos deixar de falar da resistência ao regime militar em Natal, onde a Casa do Estudante, naquele contexto histórico, foi de suma importância, pois era lá que residia quase toda a liderança do movimento estudantil secundarista que, após a AI-5, iria lutar na clandestinidade e na luta armada.

CAPÍTULO I:

A Conjuntura Brasileira e o Movimento de 1964.

Suscedendo Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros vencedor das eleições de 1960, assumiu a presidência em 31 de janeiro de 1961, mas teve um curto período de governo, uma vez que passou a praticar uma política independente no plano externo e subserviente às forças conservadoras no âmbito interno. Como resultado dessa política ambígua, sofre forte oposição no congresso e acabou com as esperanças moralizadoras de 6 milhões de eleitores que nele votaram. E não resistindo às pressões políticas, Jânio Quadros renuncia no dia 25 de agosto de 1961.

Segundo as regras constitucionais de sucessão, o poder presidencial poderia ser ocupado pelo vice-presidente João Goulart. Porém, havia dois pontos ou controvérsia que impedia a sua posse. O primeiro, sua eleição para vice-presidente se deu de forma independente, da do presidente. O segundo, por se encontrar fora do país, os setores direitistas aproveitaram-se desta oportunidade para impedir a posse de João Goulart.

O conflito foi solucionado através de um acordo: O vice-presidente assumiria o poder, sob a condição de aceitar o regime parlamentarista. Neste regime o Presidente da República passa a dividir o seu poder com o Legislativo, através do Primeiro-Ministro.

Aceitando as condições que lhe eram impostas, João Goulart tomou posse em setembro de 1961. Tempo depois, foi realizado um plebiscito para que o povo se manifestasse a favor ou contra o Parlamentarismo e favorável ao Presidencialismo. Após o resultado, Goulart assumiu a plenitude do seu poder presidencial, reforçando a partir de então, uma linha de governo de caráter nacionalista e reformista.

Sua estratégia formalizou-se através do plano trienal ou desenvolvimento econômico e social, organizado pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado.

De início é bom lembrar que os mesmos partidos que apoiaram João Goulart nas eleições presidenciais, agora já se dividiam face às discussões das mesmas, e esta oposição vai culminar em 31 de março de 1964, com o movimento militar.

A pressão para a realização das reformas já era uma herança deixada dos governos anteriores e era também a situação de uma das mais difíceis em que vivia o Brasil no início dos anos 60. Com o esgotamento das importações, a

reforma agrária, as desigualdades de rendas, a dependência da economia brasileira, tornaram difícil o desenvolvimento independente e socialmente justo, sem importantes modificações na sociedade. (1).

O objetivo era democratizar o ensino e a cultura, limitar a saída de capital estrangeiro, assim como de assegurar o controle, transferindo o poder econômico estrangeiro para o nacional, além de assegurar a participação política de setores sociais até então desprezados.

O que se observava, entretanto, era o crescimento desordenado dos anos inferiores, levando pois a desequilíbrios setoriais importantes. Agora estes mesmos setores passaram a exigir cada vez mais crédito, o que agravava a inflação. Preocupado em reduzir a taxa inflacionária, o governo preferiu uma redução nos investimentos públicos, precipitando assim, a crise, até que os problemas políticos suplantaram os econômicos. (2).

Além de todos os problemas internos que caracterizaram o governo de João Goulart, o presidente teve que enfrentar grande oposição no exterior, com relação a tendência de política externa brasileira de caráter independente, em relação aos Estados Unidos, caracterizada em suas relações comerciais com Cuba e União Soviética. (3).

Paralelo a todos, esses problemas, João Goulart, tentava colocar em prática seu plano seu plano trienal, que tinha como objetivo reduzir o índice de inflação, durante um período de três anos, mas para coloca-lo em prática, fazia-se necessário uma reforma agrária. Mas foi neste momento em que a política brasileira começou a ser invadida por líderes populistas.

Do lado da Esquerda, Organizações estudantis radicais, como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a ação popular, tomaram para si um programa de organização política, e alfabetização em massa. O objetivo desse programa era melhorar o nível de ensino, pela superação de uma ordem social injusta. (4).

Outro grupo que começava a se formar com idéias nacionalistas, era formado pelo governo do Rio de Janeiro, Leonel Brizola e o governo de Goiás, Mauro Borges e o deputado José Joffely, anunciaram publicamente num comício em Goiás, a formação de uma frente de libertação nacional, para promover objetivos nacionalistas e esquerdistas. O movimento era formado por políticos que tinham apoiado a acusação de João Goulart à presidência.

O que se viu foi o surgimento e crescimento dos sindicatos rurais. Surge nesse momento as ligas camponesas, tanto no campo como nas cidades do Nordeste brasileiro. Segundo um levantamento feito em 1963, existiam no Brasil 300 sindicatos; em 1964, esse número já chegava a 1500. As ligas camponesas sob a liderança de Francisco Julião, tinha como missão fazer campanha em prol da segurança dos lavradores e da reforma agrária.

Havia ainda os agentes de mobilização contra Goulart, os militares, que procurando depor o presidente, não media esforços para convencer os oficiais legalistas. No desenrolar dos acontecimentos vê-se que serão os militares os

Mas foi em 25 de março que ocorreu um fato que tocava num ponto sensível das Forças Armadas: O respeito a Hierarquia Militar. Marinheiros e Fuzileiros Navais realizavam no Rio, uma reunião que havia sido desautorizada pelo Ministro da Marinha, Sílvio Mota. O ministro pediu que os rebeldes acabassem com a manifestação, porém, eles não atenderam o pedido. Em consequência dessa indisciplina, o Almirante Sílvio Mota renunciou ao cargo por achar que o presidente não o apoiaria para reprimir a associação. Mas antes de sair, demitiu o Almirante Aragão do Comando dos Fuzileiros e nomeou o Contra-Almirante Luiz Felipe Sinai. De imediato, João Goulart aceita a renúncia do Ministro e no mesmo dia renomeia o Almirante Paulo Maia da Cunha Rodrigues, Ministro da Marinha.

Esse desrespeito à hierarquia dividiu ainda mais os militares. A crise estava se instalando definitivamente e deste episódio até a comemoração dos sargentos no Automóvel Clube, no dia 30, ela só fez se desenrolar. (8). Pois nessa festa o Presidente era o convidado de honra, mas alguns setores temendo pela segurança do Presidente, já que todos os setores do Exército, Marinha e Aeronáutica estariam presentes. Vários pedidos foram feitos para que o Presidente não comparecesse a festa, pois havia a informação de que a sua presença àquela solenidade poderia marcar a eclosão ou um movimento militar. (9). Mesmo assim, o presidente João Goulart compareceu a festa e no final faz um discurso onde citou o Sargento como um dos elos mais expressivos entre as Forças Armadas e o povo. Era a primeira vez que referia-se às campanhas difamatórias e as dificuldades criadas por seus adversários. (10).

Assim, em reunião feita em Juiz de Fora Minas Gerais entre o Governo Magalhães Pinto, os chefes militares e auxiliares do seu governo na presença do Marechal Odílio Denys, determinaram a data de 31 de março para o início da revolução. E nesse mesmo dia, o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, lançou um manifesto público rompendo com João Goulart, de fomentar indisciplina em alguns setores das Forças Armadas e de tentar realizar as reformas com o sacrifício da moralidade constitucional. Outros comandantes militares e os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda de São Paulo, Ademar de Barros, juntaram-se aos conspiradores, juntamente com entidades militares do Rio, encarregados de barrar o seu avanço.

O Porta-Voz da rebelião foi o General Olímpio Mourão, comandante da 4ª Região Militar de Juiz de Fora, que em uma proclamação pelo rádio, declarava a cidade como sendo a "*Capital Revolucionária do Brasil*" e apresentou as razões para a revolta contra o presidente João Goulart.

Deflagrada a revolução os rebeldes prenderam diversas figuras importantes do governo, como: O Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, quando tentava fugir, o Governador do Estado do Rio, Badger Silveira, o governador de Pernambuco Miguel Arraes e outros.

Portanto o movimento se solidificou mais ainda quando os golpistas receberam o apoio do General Amaury Krueel, comandante do II Exército de São Paulo e o I Exército, sediado no Rio, depois de uma tentativa frustrada, enviada por Jango para esmagar a rebelião de Minas, passaram para as fileiras dos Rebeldes. (11).

Ainda no dia 1º de abril, a noite depois que Goulart viu que a situação em Brasília era igualmente desesperadora, viaja para o Rio Grande do Sul, onde Leonel Brizola e as forças populares pretendiam organizar resistência contra mas segundo o General Assis Brasil, Jango deixaria dito que não queria choque militar.

Nessa mesma noite, em Brasília, o Presidente do Senado, Auro Andrade declara vaga a Presidência da República, inconstitucionalmente, pois o Presidente encontrava-se em território brasileiro e deu posse ao Presidente da Câmara, Ranieri Mazalli.

Assumiu no dia 4 de abril, o Presidente, a pedido de Assis Brasil, pede asilo político a Leonel Brizola como para dar mostra de sua coragem e independência, despistou seus perseguidores deslocando-se pelas fazendas da faixa da fronteira, sob o maior ministério, até fins de abril quando tomou o caminho do Uruguai. (12).

Notas Bibliográficas

- (1) - SILVIA, Hélio. 1964: Golpe ou Contra Golpe ? p. 181.
- (2) - PEIXOTO, João Batista. Conquista de uma Década p. 15.
- (3) - SÍLVIA, Hélio. Os Presidentes - João Goulart.
- (4) - SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964) , p. 134-135.
- (5) - YOUNG, Jordan Novo Brasil - 1954/1964: Fim de um Novo Ciclo , p. 134 - 135.
- (6) - YOUNG, Jordan Novo Brasil - 1954/1964: Fim de um Novo Ciclo , p. 176 - 177.
- (7) - SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964) , p. 134 - 135.
- (8) - SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964) , p. 134 - 135.
- (9) - SÍLVIA, Hélio. 1964: Golpe ou Contra Golpe ? p. 358.
- (10) - SÍLVIA, Hélio. 1964: Golpe ou Contra Golpe ? p. 363.
- (11) - SÍLVIA, Hélio. 1964: Golpe ou Contra Golpe ? p. 215-216.
- (12) - SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964) , p. 363.

CAPÍTULO II :

O Rio Grande do Norte na Conjuntura dos Anos 1964 / 1969.

2.1 - Aspecto Político.

A situação política no Estado em 1964 era de certa tranquilidade, o quadro político era fortemente controlado pelas classes dominantes, estas representadas por políticos comprometidas e ligadas política e economicamente.

Esse controle político era feito através da estrutura oligárquica, montada em cima dos latifundiários e da política de favores, utilizando para isso a máquina de governo. Esse sistema baseava-se em que um pequeno grupo controlasse a maior parte do Estado e os camponeses nela empregados, teve o seu vínculo de lealdade política. O controle desses votos é feito devido a não existência de grandes centros urbanos, exceto a capital Natal, ficando fácil a contagem de votos e descobrir as possíveis infidelidades políticas. Na capital, o sistema baseava-se na chamada “ *Política de Troca de Favores* ” onde os empregos públicos oferecidos aos eleitores também ficavam vinculados ao voto.

Além dessa estrutura sócio-política existente no RN, há uma forma política em que o eleitor vota em candidato e não em partido e muito menos em ideologia. Essa situação é mantida devido a estrutura sócio-política montada, onde a classe dominante do Estado mantém o controle político de seus dependentes e indica a todos em quem votar.

Com essa política é criada uma oligarquia que faz a movimentação partidária, com a finalidade específica de se manter no poder, variando as funções apenas nas bases, mas com os mesmos interesses finais.

Assim, o quadro político do Estado ficava dividido em dois grandes grupos, OPSD e a UDN servindo os pequenos partidos, como o PSP e o OPDC a serviço dos grandes partidos, com que se coligavam, de acordo com os interesses políticos de cada um.

Como resultado dessa divisão política, surge no Estado 2 facções políticas, uma liderada por Aluísio Alves, mais liberal e outra tendo à frente Dinarte Mariz, para sair o governador pela UDN; em 1960. Mesmo assim, sai candidato e é vitorioso.

Nas eleições de 1965, para governador do Estado o que se viu entre os dois candidatos, Dinarte Mariz e Walfredo Gurgel, foi uma política onde imperava o radicalismo tradicional, onde não se defendia nem partido, nem idéias, mas pessoas.

Foi então, nesse período que o golpe de 31 de março de 1964, encontrou o Estado, não tendo dificuldades para ter o apoio político de ambas as facções. E a facção liderada por Aluísio Alves passou a oposição tanto a nível federal, como a nível estadual. Por conseguinte, a facção liderada por Dinarte Mariz manteve-se no poder fiel ao regime militar vigente.

Mas em 1969, cai a decretação do AI - 5, uma das maiores forças políticas do Estado, Aluísio Alves, teve seus direitos políticos cassados por 10 anos e a escolha dos governadores estaduais passou a ser de forma indireta.

2.2 - Aspecto Social.

O período compreendido entre 1964 e 1969 no Estado foi rico no processo de reurbanização de massas. Este processo esteve ligado à crise do Estado burguês.

Dessa maneira no Rio Grande do Norte, o movimento de 64 vai encontrar o nordeste brasileiro e, em particular o RN, vivendo um período de intensa luta de classes provocado não somente pela Organização dos Trabalhadores Urbanos, mas sobretudo pela Organização dos Trabalhadores Rurais, com relação aos proprietários de terras, onde o sindicato exercia um papel importante na Organização dos Camponeses como classe.

Depois de 64, após o golpe militar, os estudantes do RN, passaram a ter um papel mais ativo; lutaram por mudanças radicais na sociedade. Essas lutas se manifestaram pelas disputas eleitorais no Atheneu. Se manifestaram também por iniciativas que o movimento estudantil tomava na época, com manifestações de ruas, debates, conferências, etc. (1).

O que se viu entre 64 e 66, foi a repressão policial contra a sociedade, por ordem dos militares. Mas a partir de 1967, o movimento estudantil universitário sofreu um grande avanço conquistando a simpatia da classe média e da opinião pública. As passeatas eram freqüentes, principalmente na capital Natal, o ensino superior Norte-rio-grandense estava defasado. Os estudantes reclamavam de melhores condições de ensino, mais verbas para a educação, restaurantes e alimentação subsidiada para os estudantes universitários.

O que se observava, era uma parte da sociedade, os estudantes universitários participando e atuando à frente das operações de resistência ao regime instaurado.

Tivemos nesse período de movimentação estudantil, contra o regime militar, várias figuras da sociedade local, envolvidos com a resistência ao regime de 64.

Dentre algumas, podemos destacar o areia grandense, Ivaldo Caetano Monteiro, hoje um bem conceituado procurador do Estado do Mato Grosso, talvez tenha sido a principal liderança do Movimento Estudantil do Rio Grande do Norte, na época em que se teve liberdade de reivindicação e luta em prol das causas estudantis e populares. (2).

Tivemos também Guarani Barbosa, médico, ex-militante da ação popular - AP, disse que a AP chegou a fazer uma análise da correlação de forças no estado do RN, no final da década de 60 e segundo ele seriam 10 contra 10 mil homens e ainda acharam que essa desvantagem poderia ser suplementada com o decorrer da luta. (3).

Mas ao falar da resistência ao regime militar, em Natal, ninguém evita comentar a importância da casa do Estudante naquele contexto histórico, pois era o local onde residia quase toda liderança do movimento estudantil secundarista que após o A-5 iria lutar na clandestinidade e na luta armada.

A casa do Estudante fazia parte do movimento estudantil e, por isso sofre dois cercos policiais. Um se deu no dia 9 de janeiro de 69. Na casa se realizaria um encontro de liderança de vários Estados. Alguns foram presos e outros conseguiram fugir da perseguição policial.

O outro cerco, se deu entre os estudantes do D.C.E. e o Reitor, Onofre Lopes da Silva. Foi um movimento em prol da abertura do restaurante universitário, onde o reitor mandou fechar o RU, sob delegação de que estava reunião lá dentro, que estavam politizando, e que ali não era lugar para se fazer política, mas os estudantes mobilizaram os comerciantes e o povo em geral para acompanhar a abertura do RU, houve greve, passeatas e alguns incidentes. (4).

À medida que as mobilizações iam crescendo contra o regime implantado em 64, essas mesmas mobilizações se intensificaram e radicalizaram em 1968, quanto a implantação da ditadura, mediante a decretação do AI-5, quando eliminou drasticamente toda e qualquer forma de manifestação pública ou oposição ao governo militar.

Notas Bibliográficas .

(1) - Jornal Tribuna do Norte, 30 de junho de 91, pág 20.

(2) - Jornal Tribuna do Norte, 30 de junho de 91, pág 20.

(3) - Jornal Tribuna do Norte, 21 de junho de 1991, pág 19.

(4) - Jornal Tribuna do Norte, 30 de junho de 1991, pág 21.

CAPÍTULO III :

O Movimento de 64 e sua repercussão no Rio Grande do Norte.

O movimento de 1964, aqui no Rio Grande do Norte começou ainda na noite do dia 30 de março. Em Natal, os quartéis ficaram de prontidão e pela manhã do dia seguinte, as tropas militares ocuparam as principais partes da cidade.

Junto com as manchetes dos jornais sobre o movimento, o prefeito de Natal, Djalma Maranhão, divulgou uma nota onde dizia o seguinte: “ *O Prefeito Djalma Maranhão cumpre a sua obrigação de dizer que a prefeitura é a casa do povo onde se instala nesta hora, o QG da legalidade e da resistência* ”. (1).

No mesmo jornal que trazia a nota do Prefeito Djalma Maranhão, havia uma outra do Contra-Almirante naval de Natal e do Coronel Carlos Mendonça Lima, que estava respondendo pelo comando de Natal fizeram tomar público a seguinte nota: “ *Na qualidade de Comandante das Organizações Naval e Militar desta capital e deste Estado, e na obediência as instituições dos Comandos Superiores sediados em Recife-PE, sentimo-nos no dever de nos dirigir à população Ordeira desta capital, com a finalidade principal de hierarquizar a Família Natalense, face os acontecimentos que se desenrolaram no sul do país. E tendo em vista a ameaça do Senhor Prefeito desta capital, transmitida diretamente ao comandante da Guarnição Militar, de desencadear a Greve Geral em todo o Estado e em particular nesta capital, medidas Preventivas e Repressivas estão sendo adotadas pelas autoridades militares das Forças Armadas em Natal, em íntima ligação e entendimento com o Senhor Governador do Estado, no sentido de expandir a todo custo, mesmo o emprego violento da força, caso necessário, a perturbação da Ordem Pública* ”. (2).

O que se observava, era que os militares estavam proibindo qualquer tipo de manifestação pública, vinda da sociedade, mais em particular às classes operárias. Nota-se também que, a nota do comandante divergia com a do prefeito de Natal, Djalma Maranhão. Enquanto o prefeito convocava a população local para a resistência ao golpe, a nota do Comandante Naval de Natal, proibia qualquer manifestação contra o movimento.

Enquanto que, as notas do Prefeito e do Comandante, foram publicadas ainda no dia 1º de abril, a do Sr. Governador só foi publicada oficialmente no dia 2 de abril, e o Governador dizia que reconhecia os serviços prestados pelo Presidente João Goulart, ao Rio Grande do Norte, mas que este não tinha impedido a radicalização das posições ideológicas e políticas conduzindo o país a um impasse intolerável, que só pode ser solucionado com a tradição das Forças Armadas, o restabelecimento da tranquilidade e da paz. (3).

SUMÁRIO .

Introdução.....Pág 01.

Capítulo I: A Conjuntura Brasileira e o Movimento de 1964.Págs 02-06.
Notas Bibliográficas.....Pág 06.

**Capítulo II: O Rio Grande do Norte na Conjuntura dos Anos
64/69.....Págs 07-09.**

1.1 - Aspecto Político.....Págs 07-08.

1.2 - Aspecto Social.....Págs 08-09.

Notas Bibliográficas.....Pág 09.

**Capítulo III: O Movimento de 64 e suas Repercussões no Rio Grande
do Norte.....Págs 10-17.**

3.1 - O Golpe Militar em Natal.....Págs 12-15.

3.2 - 1º de Abril.....Pág 15.

3.3 - Invasão da Prefeitura.....Pág 16.

3.4 - 2 de Abril : Prisão do Prefeito.....Págs 16-17.

Notas Bibliográficas.....Pág 17.

Considerações Finais.....Pág 18.

Bibliografia Geral.....Págs 19-20.

Na verdade, não foi feita qualquer tentativa concreta de resistência. As Forças Armadas trataram logo de ocupar, na manhã do dia 1º de abril, os principais pontos da cidade e intervindo e dissolvendo uma assembléia de Estudantes que se realizava no Restaurante Universitário, também foi desfeito o QG da legalidade pela Força Militar. (4).

No dia 2 de abril, o Prefeito Djalma Maranhão e Luís Gonzaga dos Santos, o vice-prefeito, foram presos e dirigidos para o 16º- RI. Logo depois, noticiava o Diário de Natal que o Comando Militar informaria a Câmara que o prefeito e o vice-prefeito estariam impedidos de exercer os seus mandatos. (5).

Desse modo, a Câmara Municipal de Natal, em assembléia secreta considerava vagos os cargos de prefeito e vice-prefeito, respectivamente. E segundo a determinação da Câmara, o 1º vice-presidente da Câmara Raimundo Elpédio da Silva, assume provisoriamente o cargo de prefeito, sendo empossado ainda no dia 2 de abril de 1964.

A vitória do movimento militar foi muito comemorada através da realização da marcha da Família com Deus pela Liberdade, no dia 7 de abril de 1964. Várias entidades estiveram presentes, como: Teodorico Bezerra, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadores, Presidentes de Autoridades Sindicais, Deputados e Vereadores entre muitos outros.

Em poucos dias a situação política da cidade do Natal estava completamente modificada. O Prefeito e o Vice-Prefeito foram depostos e cassados, o Exército ocupava os sindicatos, da mesma forma intervinham no Diretório Central dos Estudantes; foram escolhidos o novo prefeito e vice-prefeito, o Contra-Almirante, Tertius César Pires de Lima Rebello, como Prefeito e Raimundo Eupédio como Vice.

Começou neste momento, portanto, as intervenções nos sindicatos, as prisões e repressões nas identidades estudantis. (6).

GOLPE NA MEMÓRIA.

Por todo o país, convivendo bem o mal com os seus traumas, há centenas de vítimas do golpe de 64 com muita coisa para contar daqueles tempos de escuridão e terror. O ideal seria que todos pusessem no papel a experiência vivida e se formasse uma imensa bibliografia, para que não prescreva jamais o nosso direito de indignação.

Em Natal, começaram a surgir os primeiros livros sobre a repressão de 64. Moacyr de Góes, no seu "*Sem Paisagem*", registra a provação por que passou sob a paranóia verde-oliva.

Agora, Mailde Pinto Galvão traz a público sua viacrucis pelos quartéis e interrogatórios.

Escrever memórias da prisão é escalavrar cicatrizes, meter o dedo na ferida, reviver traumas. A lembrança de interrogatórios nos vem tão forte que podemos sentir o hábito do torturador. Logo, o mérito maior de quem põe em livro essas recordações é não deixar que o pacional tome conta da narrativa; é não dar versões para os fatos; é não permitir que o ego sobreponha os nossos medos.

3.1 - O Golpe Militar em Natal.

Este relato de dados ocorridos em 1964 tem a pretensão de contribuir para o conhecimento da história do golpe militar no Rio Grande do Norte, focalizando, preferencialmente, os acontecimentos que atingiram a Prefeitura municipal de Natal, nos quais fui envolvida, alguns companheiros de trabalho do setor de educação e cultura do município.

Por dificuldades emocionais, muitas vezes tive que interromper esta reconstituição; mas, eu vivi, sofri e sobrevivi à perseguição da ditadura. Sinto-me pois, moralmente comprometida a tirar da escuridão as minhas lembranças reprimidas.

Logo nas primeiras horas da manhã no primeiro dia daquele abril, a tragédia da ditadura brasileira foi invadindo a vida dos habitantes da cidade do Natal.

A cidade com aproximadamente 200 mil habitantes, assistiu indefesa à ocupação militar por tropas do Exército, à perseguição, prisão, tortura, exílio e morte de filhos que a amavam.

Em 1964, o RN dividia-se, politicamente entre oligarquias conservadoras e rivais do Senador Dinarte Mariz e do Governador Aluisio Alves. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) encontrava-se na ilegalidade e sobrevivia no Estado pela liderança do Professor Luís Maranhão Filho e do Médico Vulpiano Cavalcanti.

Como terceira força, surgia o Prefeito Djalma Maranhão, político de esquerda nacionalista, que denunciava, permanentemente, a interferência e o imperialismo Americano na vida nacional. Além de denunciar, Djalma incomodava com uma administração municipal democrata popular de esquerda, integrada com lideranças comunitárias, e executava um programa de alfabetização e conscientização político-cultural.

Aluisio Alves e Djalma Maranhão foram eleitos governador e prefeito, no ano de 1960, em aliança política apoiados por uma coligação e partidos - Partido Social Democrata (PSD), Trabalhista Brasileiro (PTB), Democrata Cristão (PDC), Trabalhista Nacional (PTN), e uma dissidência da União Democrática Nacional (UDN). A coligação denominada “ *Cruzada da Esperança* ”, derrotou o candidato do governador Dinarte de Medeiros Mariz deputado federal Djalma Aranha Marinho, pertencente a União Democrata Nacional. Em poucos meses de administração, governador e prefeito começaram a divergir e a dividir a opinião pública.

O governador possuía prestígio e força popular considerados inabaláveis e administrava tranqüilamente, calcado nos recursos financeiros oriundos do programa americano para a América Latina, “ *Aliança para o Progresso* ”.

Nos anos 60, o governo do presidente Kennedy investiu milhões de dólares em alguns Estados Brasileiros. O pesquisador e escritor Moniz Bandeira escreve na página 108 de seu livro " *O Governo João Goulart* ":

" O comportamento da embaixada dos Estados Unidos, entretanto, assumira o caráter de provocação, corrompendo e aliciando Governadores de Estado e Prefeitos de Municípios, mediante a utilização de verbas para o progresso, com o objetivo de formar, ela própria, uma clientela dentro do Brasil em oposição ao governo João Goulart "

O prefeito com bastante dificuldade econômica, realizava a sua administração, priorizando os programas de alfabetização popular, a conscientização política e democratização da cultura, que eram executados através da campanha " *De pé no Chão Também se Aprende a Ler* " e da diretoria da documentação e cultura.

A campanha de alfabetização, que incluía nos seus quadros desde os professores primários, lideranças estudantis e professores universitários, coordenados pelo então secretário de Educação, cultura e saúde, Professor Moacyr de Góes, mostrou-se desde cedo, uma solução vitoriosa, obtendo aceitação e repressão nacional.

Um boletim da revista UNICEF, número 27/62, comprova a validade e seriedade da campanha, como solução para a erradicação do analfabetismo no terceiro mundo.

Enquanto o Governo do Estado usava os dólares americanos em seus programas de educação, a Prefeitura, com recursos próprios, oferecia escolas para a alfabetização das crianças carentes de Natal e divulgava o slogan ESCOLA BRASILEIRA COM DINHEIRO BRASILEIRO.

As divergências políticas radicalizaram-se, trazendo para o ambiente do Estado as mesmas lutas que, no início dos anos 60, dividiam o país entre forças de direita e esquerda.

O Prefeito Djalma Maranhão, proprietário de um pequeno jornal - " *Folha da Tarde* " - Deficitário e de modesta circulação, divulgava diariamente seu pensamento político nacionalista e antiimperialista.

Deflagrado o movimento golpista o prefeito assumiu a defesa da democracia, bem no estilo decidido de seu temperamento e de suas convicções políticas.

Comunicou ao comando militar local a sua posição e fez publicar, nos meios de comunicação, uma nota de apoio ao presidente da república, Sr. João Goulart, na condição de presidente legitimamente eleito, e às instituições

democráticas declarando que a prefeitura do Natal tomava-se, a partir daquele momento, “ *O Quartel General da Legalidade e da Resistência* ”.

A Ênfase da nota com a designação da prefeitura como QG da Legalidade, num momento em que as tropas já se encontravam mobilizadas, irritou os militares e foi interpretada como uma ameaça de mobilização para a resistência popular.

Acontecia, no entanto, que a prefeitura, como QG da legalidade era apenas um lugar onde se encontrava as lideranças estudantis, sindicais e assessores do prefeito angustiados por notícias que chegavam, raras e censuradas, através de um rádio portátil, ao gabinete do prefeito.

O Governador Aluísio Alves, dispondo de outros meios de comunicação e mais bem informado sobre o desenrolar da crise, fez divulgar na “ *Tribuna do Norte* ” a seguinte nota:

AO POVO

“ O governador do Estado está acompanhando pelos meios a seu alcance, os acontecimentos que se desenrolam no sul do país, a partir da crise que tão profundamente atingiu a disciplina da Marinha e ontem a guarnição do Exército em Minas Gerais.

Pede ao povo que se conserve calmo, evitando atos ou manifestações que aprofundem as divisões desta hora em que todos os esforços devem ser feitos para a restauração da paz e da preservação da democracia.

Todo o estado está em ordem e espera o governador que assim se mantenha no resguardo da tranqüilidade das nossas famílias, que devem pairar acima das paixões das pessoas e grupos.

Tudo fazer para a solução dos seus problemas, pelas reformas pacíficas e democráticas, pela unidade e respeito às forças armadas, pela consolidação da ordem democrática, pela paz do povo, para o trabalho e para o progresso.

-04 - 64 - 1 hora da madrugada.

Aluísio Alves. ”.

No dia seguinte, o governador divulgou outra nota oficial, adiante transcrita, de apoio ao golpe militar e as forças armadas.

Definindo-se pelo apoio ao golpe o governador assumiu com os militares o poder da ditadura no estado e usando o ato institucional com as leis de execução, atribuiu-se o direito de paralelamente os militares, proceder investigações e prisões que já estavam sendo efetuadas sob a responsabilidade do major do

Exército Heider Nogueira Mendes, na qualidade de presidente de Comissão Geral de Investigações no Rio Grande do Norte, substituído, depois, pelo Capitão Ênio de Albuquerque Lacerda.

O governador formou também sua comissão de investigações e contratou no Estado de Pernambuco, dois policiais especializados, a quem concedeu poderes absolutos e excepcionais com toda a mordomia oferecida aos hóspedes oficiais do governo do Estado. Não se tem notícia de outro governador que constituísse uma comissão de investigação paralela, com poderes especiais para processar, prender e encarcerar os supostos subversivos como aconteceu no RN.

Os policiais Carlos Moura de Moraes Veras, com treinamento no FBI nos EUA, e José Domingos da Silva, experientes e eficientes, usaram com muita competência métodos semelhantes ao praticados pelos nazistas da 2ª guerra mundial.

Com a comissão geral de investigações instaladas pelos militares, mais duas comissões ditas de "alto nível" criadas pelo governador, e as outras implantadas em cada repartição pública estadual, municipal e federal, armou-se a maior rede de investigações policiais militares de toda a história do RN.

Na condição de Diretora da Diretoria da Documentação e Cultura da Prefeitura do Natal, Mailde teve logo nos primeiros dias de abril de 1964, sua residência invadida pelo Exército onde foi levada a depor diante de uma comissão militar do 16º Regimento de Infantaria, (16º RI) durante uma tarde inteira e liberada em seguida. Neste depoimento houve vários abusos como interrogatórios exaustivos e torturas psicológicas pelo delgado Carlos Veras.

As transcrições estão conforme se encontram nas fontes. Pesquisei documentos que se encontram em meu poder e ouvi depoimentos dos perseguidos, que considero indispensáveis para se entender a dimensão da tragédia humana que se abateu sobre muitas famílias do Rio Grande do Norte.(7).

3.2 - 1º de Abril.

Sabendo os militares que o Prefeito Djalma Maranhão era contra suas ideologias, as forças armadas o proíbe bem como os estudantes, operários, trabalhadores, ou qualquer cidadão ou cidadã do nosso Estado de se reunirem em grupos ou se aglomerarem entre si, fazerem greve ou qualquer tipo de manifestação.

Desobedecendo suas ordens, Djalma Maranhão publica uma nota oficializando greve geral por parte da prefeitura.

Em represália a esta atitude de Djalma, os militares também publicam uma nota dizendo que usará da força se a situação não se inverter. O Prefeito não se rende as ameaças militares e a partir daí, gera-se o conflito.(8).

3.3 - Invasão da Prefeitura.

Pelas 21 horas nos encontrava-mos no gabinete do Prefeito. Era um pequeno grupo em torno da mesa de Djalma, ouvindo um rádio que transmitia raras notícias e muitos dobrados militares.

Conversava-se sobre a crise, assuntos diversos e principalmente sobre a ocupação militar nas repartições federais.

No gabinete do prefeito isolados de qualquer informações oficiais, continuava-mos juntos mais nada restava a fazer ou dizer.

Surpresos e assustados, ouvimos os passos fortes e apressados de pessoas subindo as escadas. Logo um oficial do Exército chefiando uma patrulha composta por muitos soldados, empurrava com um chute, a porta lateral do gabinete. Apontando uma metralhadora em nossa direção, o oficial gritava muito nervoso: “ *Acabou a Baderna, Para fora Comunistas !* ”.

Sem alternativas, fomos saindo sem palavras, estonteados cada um com seu espanto e seu medo.(9).

3.4 - 2 de Abril : Prisão do Prefeito.

O Diário de Natal divulgava, em primeira página, as notícias da consumação do golpe com as seguintes manchetes e notícias:

“ Congresso declarou cargo de Presidente vago ”

“ Jango deixou o país com a família ”.

“ Arraes teve Impeachment decretado pela Assembléia ”.

“ Exército domina completamente a situação nesta capital que é de completa calma ”.

Em todas as partes do nosso país o regime era muito forte, a repressão era total, porém para os militares de Natal não ficarem por baixo, e não serem os únicos a não cumprir o regime, sabendo de todas essas notícias que ocorriam no Brasil, invadem e fecham o QGL (Quartel General da Legalidade) que é a própria prefeitura.

O Prefeito Djalma Maranhão foi conduzido ao QGE (Quartel General do Exército) àquele tempo localizado na praça André de Albuquerque; e levado à presença do Coronel Mendonça Lima.

O Coronel lhe propôs que renunciasse ao cargo de prefeito, e em troca disso, garantiria a sua liberdade. Djalma em nome da honra do povo da cidade de Natal que o teria elegido não aceitou, daí foi levado ao 16º RI.

Na mesma tarde foi preso também o vice-prefeito Luís Gonzaga dos Santos sem no entanto ter lhe oferecida a possibilidade de renúncia.

A prisão do prefeito e vice, em pleno expediente de trabalho, foi a consumação da violência contra os direitos humanos e contra a democracia, executada pela ditadura militar no Rio Grande do Norte.

O regime foi muito forte em nosso estado do Rio Grande do Norte, centenas de famílias, trabalhadores, estudantes, pais de famílias, pessoas de bem foram perseguidas e torturadas.(10).

Notas Bibliográficas .

- (1) - Diário de Natal , 01 de Abril, 1964, pág 6.
- (2) - Diário de Natal , 01 de Abril, 1964, pág 6.
- (3) - Diário de Natal , 02 de Abril, 1964, pág 6.
- (4) - Diário de Natal , 01 de Abril, 1964, pág 6.
- (5) - Diário de Natal , 01 de Abril, 1964, pág 6.
- (6) - Diário de Natal , 08 de Abril, 1964, pág 6.
- (7) - GALVÃO, Mailde. P. 1964. Aconteceu em Abril:OGolpe Militar em Natal. Natal: Clima, p. 1-8. 1994.
- (8) - GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em Abril : 1º de abril , Natal: Clima, p. 9-17. 1994.
- (9) - GALVÃO, Mailde P. 1964. Aconteceu em Abril : A Invasão da Prefeitura. Natal: Clima, p. 19-20. 1994.
- (10) - GALVÃO, Mailde Pinto . 1964. Aconteceu em Abril : 2 de abril : Prisão do Prefeito. Natal: Clima, p. 21-25. 1994.

CONSIDERAÇÕES FINAIS .

O conteúdo apresentado anteriormente, nos mostrou que, certamente, os militares que ajudaram a derrubar Vargas em 45, não ficaram satisfeitos com os governos que vieram depois dele e muito menos com o caminho que estava tomando o processo de democratização.

E os controles dos militares sobre a vida política brasileira teve início logo nos primeiros dias de 1964. A partir desse momento houve uma identificação de rumos, além de tentativas diversas de dar contornos reais a democracia, expressa na constituição de 46.

O Regime instaurado em 1964, não foi aceito passivamente pela nação. Durante anos, amplos setores da sociedade civil, opuseram-se ao governo e lutaram contra a repressão e pela defesa dos ideais democráticos.

Enfim, a década de 60, foi uma efervescente, não só no Rio Grande do Norte, mas também no país inteiro; uma década a mais revolucionária do século. E no tocante a vida política norte-rio-grandense, a Casa do Estudante de Natal, desempenhou um papel importante, pois era lá que residia a Liderança Estudantil do Estado.

BIBLIOGRAFIA GERAL .

- ALENCAR, Duarte D. História do Brasil : Evolução Econômica, Política e Social . Saraiva, São Paulo, 1980.
- ALVES, Aluísio. A Verdade que não é Secreta , Nova Lima, 1976.
- ANDRADE, Manoel Correia de 1964. E o NE, Golpe, Revolução ou Contra-Revolução ? .
- BANDEIRA, Mariz. A América de João Goulart e a Crise Pré-64 , Brasilinse, 1979.
- DIÁRIO, de Natal, Abril de 1964.
- DRIEFUSS, René Armand. A Conquista do Estado : Ação, Política, Poder e Golpe de de Classes , Vozes, Rio de Janeiro, 1981.
- GALVÃO Mailde Pinto. 1964 - Aconteceu em Abril , Natal: Clima, 1994.
- MARÇO - 1965-1968. 3ª ed. São Paulo, 1975.
- MARIZ, Marlene da Silva. Processo Político do Rio Grande do Norte. (1945-1970) . Coleção Especializada, Natal, 1985.
- O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil : 1961-1964 , Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.
- PEIXOTO, João Batista. Conquista de uma Década . Biblioteca do Exército, có-edição, Rio de Janeiro, 1975.
- PILETTI, Nelson. História do Brasil . Ática, Rio de Janeiro, 1974.
- SANTOS, Paulo de Tarso. 64 e Outros Anos , Cortez, São Paulo, 1984.
- Sem Ódio e Sem Medo. Documentário .

- SHIDMARE, E.Thomas. Brasil : De Getúlio a Castelo . (1930-1964), Paz na Terra, 1979.
- SÍLVIA, Hélio. 1964 : Golpe ou Contra Golpe ? . Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.
- TOLEDO, G.N. O Governo Goulart e o Golpe de 64 , Brasiliense, São Paulo, 1983.
- TRIBUNA do Norte. História das Resistências ao Regime de 64. Partes:III,IV,V,VI,VII,VIII , Natal, 1991.
- YCEUONG, Jordan. Novo Brasil - 1954 - 1964 - Fim de um Ciclo Civil . Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1973.

